



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA**

Nº PROCESSO: **eTC-6919/989/20**  
ÓRGÃO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA**  
ASSUNTO: **CONTAS ANUAIS DE 2021**

**Senhora Assessora Procuradora – Chefe:**

Trata o feito das contas da Prefeitura Municipal de **PEDRA BELA**, relativas a **2021**. Diante das ocorrências apontadas pela Fiscalização (**evento 91.61**), os Interessados foram notificados (**evento 98.1**) e arrazoado foi acostado ao feito. Em cumprimento a r. Determinação (**evento 138.1**), opino, considerando os aspectos econômico-financeiros.

➤ **i-Planejamento (Item A.2).**

Assevera o Sr. Prefeito (**evento 130.1**) que o Município é de pequeno porte, com predominância da economia rural, qualquer alteração nas áreas é facilmente perceptível; tem tomado medidas para aperfeiçoar da Gestão e já houve evolução na elaboração das peças de planejamento; nomeou Comissão para acompanhamento/elaboração das peças e avaliação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas; na sua elaboração e execução foi atendida a legislação aplicável em relação aos limites para abertura de créditos.

*Algumas ocorrências no **i-Planejamento**: as peças que compõem o planejamento não são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais “previstos X realizados”; a LOA prevê abertura de créditos adicionais por Decreto em percentual acima da inflação; e, não houve a realização de avaliações formais com elaboração de relatórios sobre a execução orçamentária. Entretanto, uma vez que estas questões não deram causa a desajuste fiscal, proponho recomendação.*

➤ **Dívida de Longo Prazo (Item B.1.5).**

Já oficiou inúmeras vezes a Receita Federal para fins de esclarecimento do exato valor da dívida, sem resposta até agora.

*Houve aumento de 60,67% na dívida de contribuições previdenciárias, que passou para R\$ 599.232,42; trata-se a um Acordo com o INSS de 2017, constando o valor original da dívida, uma vez que até o momento não se conseguiu obter o seu exato montante junto à RFB. Essa inconsistência se configura como falha grave, afrontando a fidedignidade das Peças Contábeis e os Princípios da Transparência e Evidenciação Contábil, porém, uma vez que a Origem não deu causa ao fato, vejo-a passível de recomendação.*

➤ **Dívida Ativa e Escritura Pública os Bens Imóveis (Item B.3.3.3 e B.3.5).**

Argumenta que buscou realizar a cobrança de diversas formas (e.g.: envio de notificações extrajudiciais pelo Correio e cobrança por



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

telefone); também é divulgado no site da Prefeitura e no comércio da Cidade comunicado para que os contribuintes regularizem seus débitos para evitar a cobrança extrajudicial; e, será estudada a implantação dos métodos sugeridos. Não mede esforços para regularizar a matrícula no Cartório de Registro de Imóveis e nomeou Comissão Especial visando esta regularização.

*Apesar de um ano ainda sob a Pandemia e seus efeitos, é necessário que a Origem crie novas medidas de incremento e aprimore seu sistema de cobrança da Dívida Ativa com o fito de melhorar a arrecadação de suas receitas próprias. Quanto a ausência de Escrituras Públicas, anunciou que medidas estão sendo tomadas para a sua regularização.*

### **CONCLUSÃO**

Apesar das falhas detectadas, entendo que as mesmas não tem o condão de macular a totalidade das contas, podendo ser encaminhadas ao campo das recomendações; pois, no geral, a condição econômico-financeira apresentada demonstra que a Prefeitura está caminhando na direção do Princípio da Gestão Equilibrada, preconizado no § 1º, do art. 1º, da LRF: Superávit Orçamentário de R\$ 1.666.774,77 (5,97%), incrementando o Superávit Financeiro para R\$ 4.458.768,35, evidenciando a existência de recursos disponíveis para o total pagamento das Dívidas de Curto Prazo; o Resultado Econômico recuou para R\$ 1.902.387,69 e o Saldo Patrimonial saltou para R\$ 18.341.204,58; não superou o limite do art. 167-A da CF; investimento de 9,17%; não foram constatadas irregularidades nas Receitas e Despesas na Gestão de Enfrentamento da Pandemia; aumento de 14,74% da Dívida Consolidada; pagou Precatórios; quitou Requisitórios de Baixa Montia; recolheu encargos e parcelamento; dispõe do CRP; e, os repasses à Câmara obedeceram o limite da CF (3,60%). Na análise do **IEG-M**, as condições dos serviços públicos e os recursos mobilizados espelham uma situação insatisfatória e estagnada (com exceção do **i-Fiscal** que permaneceu com o conceito **B+/muito efetiva**), evidenciando que a Origem não tem mantido a qualidade de sua gestão, carecendo de adotar medidas que melhorem seus índices: o **IEG-M** recuou de **C+/em fase de adequação** para **C/baixo nível de adequação**, enquanto o **i-Fiscal** permaneceu em **C**.

Assim, manifesto-me, quanto aos aspectos econômico-financeiros, pela emissão de **Parecer Favorável às contas do exercício de 2021 da Prefeitura Municipal de PEDRA BELA**. Ressaltando, contudo, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 02 de fevereiro de 2023.

Valter Stevan Sartori  
Assessoria Técnica